



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE JULHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vitela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Esta Presidência acusa o recebimento de Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, apresentado o Relatório elaborado em Autos de Processo instaurado pela nominada Comissão, em decorrência de denúncia apresentada.

Procurando sintetizar os fatos, trata a matéria de procedimento investigatório adotado pela Comissão de Constituição e Justiça, provocado pelo Ofício nº 445/91, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, que resultou em constituição de "Comissão Interna da C.C.J." para a apuração de "todos os acontecimentos relatados na denúncia" (despacho do Presidente da Comissão, exarado no verso da fl. 01 do requerimento constante do Ofício acima enumerado).

Apreciando o aspecto legal do procedimento provocado pelo Ofício subscrito pelo Sr. Deputado supra nominado, esta Presidência considera estranha a iniciativa do Presidente da C.C.J., desde que o Regimento Interno, no seu artigo 33, parágrafo 2º, ao estabelecer, expressamente, as atribuições da C.C.J., entre elas não situa a de apuração de denúncias.

Tal competência é privativa das Comissões Parlamentares de Inquérito, conforme disposição do art. 36, o qual impõe ritos próprios previstos nos parágrafos que completam o artigo.

Claríssimo é o "caput" do artigo, ao determinar a competência exclusiva da Assembléia para, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituir Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração de fato determinado.

Diante das disposições regimentais, o entendimento desta Presidência é no sentido de faltar competência à Comissão de Constituição e Justiça para constituir "Comissão Interna" para apuração de fatos que refogem ao âmbito de suas atribuições.

Por contrariar a expressa disposição do artigo 36 do Regimento Interno, o procedimento da C.C.J. é de ser havido como nulo.

Para robustecer o argumentado, esta Presidência ressalta que o Parecer da C.C.J., acolhendo o Relatório apresentado, entende que o rito a ser observado na tramitação do procedimento é o estabelecido no artigo 73, parágrafo 2º, e seguintes do Regimento Interno.

O entendimento se afiguraria correto, porém o "vício de origem" prejudica a posterior remessa da "Representação" à própria C.C.J. para Parecer (parágrafo 3º do art. 73), diante da antecipação de Pare-

Curitiba, terça, em 06.07.93

cer conclusivo no tocante ao envolvimento do Deputado nominado no assunto investigado, o que inviabiliza o cumprimento das disposições regimentais, por evidente prejulgamento.

Pelas razões expendidas, a Presidência considera prejudicada a tramitação do procedimento, por vício de origem e por prejulgamento, o que impede que a iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça seja recebida como "Representação", prevista no "caput" do artigo 36 do Regimento Interno, fazendo-se recomendável, como medida saneadora, o seu arquivamento, pelo qual esta Presidência decide.

A R Q U I V E - S E

Sala das Sessões, em 25.05.93

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 007

DATA: 05 de julho de 1993

SÚMULA: Fica aprovado o relatório final da Comissão Especial do Índio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final da Comissão Especial do Índio.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.93

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 008

DATA: 05 de julho de 1993

SÚMULA: Aprova o relatório final da Comissão Especial Suprapartidária para averiguar casos de trabalho escravo em fazendas do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final da Comissão Especial Suprapartidária para averiguar casos de trabalho escravo em fazendas do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas

as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.93

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezenove horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e,

com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 06.07.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2566

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Especial, composta de até 05 (cinco) membros, a fim de acompanhar a alienação das ações de propriedade do Estado do Paraná junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A, bem como verificar a aplicação dos recursos provenientes da referida alienação.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(aa) NILTON BARBOSA, HERMAS BRANDÃO
OSWALDO TREVISAN, CEZAR SILVESTRI
EDSON SILVA LINO, LUIZ CARLOS MARTINS
DIRCEU MANFRINATO, BASÍLIO ZANUSSO,
NELSON JUSTUS, TOTI COLAÇO,
GERALDO CARTÁRIO, NELSON GARCIA,
SEVERINO FÉLIX, CLEITON KIELSE,
NEIVO BERARDIN, ÉLIO RUSCH,
COSTENARO NETO, ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de Voto de Congratulações pela posse da nova diretoria da Associação do Comércio e Indústria de Pinhais - ACIPI, eleita para a gestão do biênio 1993/1995.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade altamente representativa do empresariado de Pinhais, a qual teve um papel de relevo no processo de consolidação daquele município, que não obstante seja recém-criado, já se tornou um dos mais representativos do Paraná em termos de produção e geração de empregos.

REQUERIMENTO N° 2561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Votos de Congratulações ao Professor Doutor Sylvio Pellico Neto, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências e Tecnologia Florestal, pela publicação do "ACTA - Florestalia Brasiliensis", em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em momento oportuno da vida brasileira, quando os caminhos do verde se espelham por toda a nossa extensão territorial, fazendo com que até se confundam os limites geográficos de Estados, o Professor e Doutor Sylvio Péllico Neto, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia Florestal, realiza um trabalho profundo, das concepções científicas das florestas, com o "ACTA - Florestalia Brasiliensis, onde o mérito técnico-científico do trabalho dos Professores Carlos Vellozo Roderjan, Yoshiko Saito Kuniyoshi e Franklin Galvão, enriquecem o cenário cultural, especialmente pelo trabalho "AS REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ". Nesse sentido solicitamos um voto de congratulações, ao Professor Doutor Sylvio Péllico Neto, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia Florestal, pela publicação do "Acta-Florestalia Brasiliensis", e extensivo aos Professores acima citados da Universidade Federal do Paraná, Rua Bom Jesus, 650 - Cx. Postal n° 2959 - CEP: 80035-010, Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 2562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Dr. João Anastácio da Silva, poeta procopense, pelo lançamento do seu livro "Legal? Talvez. Justo? Jamais", residente e domiciliado na Av. XV de Novembro, 96, Cornélio Procópio-PR.

Dar ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de homenagear o poeta procopense, Dr. João Anastácio da Silva, nascido em Leopoldina-PR.

Fez seus estudos, do primário à Universidade, na região. Possui vários cursos superiores como: Letras Anglo-Portuguesa, Pedagogia e Supervisão Escolar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio e Direito, na Universidade Estadual de Londrina.

Residente em Cornélio Procópio, onde vem exercendo sua profissão liberal com dignidade, trabalho, seriedade e competência.

Poesia é lampejo de cultura.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 2586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela formatura da Primeira Turma da Universidade da Terceira Idade.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2548

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROTIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só

nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranquilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2549

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranquilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2550

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Amporã.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de

veículos, gado, implementos agrícolas, insetos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranqüilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2551

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de

combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insetos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranqüilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2552

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranquilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2553

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranqüilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2554

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Itaúna do Sul.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranqüilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2555

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Marilena.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a

população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranquilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2556

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos, estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a

marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranquilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2557

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, reivindicando uma viatura policial nova (zero km), destinada à Delegacia de Polícia do Município de Mirador.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A situação em que se encontram as viaturas policiais da maioria dos municípios do Noroeste do Estado do Paraná, é lastimável. Esses veículos ficam em muitas ocasiões, mais parados do que rodando. Quando não estão encostados por problemas mecânicos,

estão com problemas de pneus, ou falta de combustíveis.

Mas o que vem preocupando os moradores destes municípios e as autoridades constituídas, realmente é o fato de as delegacias de polícia estarem com suas viaturas velhas, e quase sem condições de uso, não permitindo que seus policiais possam efetuar uma perseguição a outro veículo, sob o risco de ficarem quebrados nas estradas, o que vem aumentando consideravelmente a marginalidade na região, com roubos de veículos, gado, implementos agrícolas, insumos e venenos, e o mais grave de todos, que é exatamente o tráfico de drogas.

Para que a população e as autoridades constituídas destes municípios possam exigir uma melhor ação da polícia, é preciso primeiramente dar melhores condições de trabalho aos policiais, pois sem ao menos uma viatura em condições de uso, eles não podem de forma alguma dar a proteção que a população tanto reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É normal nos dias de hoje mandar aos pequenos municípios, uma viatura reformada e que, em poucos meses, já não tem mais condições de uso, e o mais grave de tudo isto é que quando estas viaturas enguiçam ou quebram, o prefeito tem que escolher, de duas uma: ou consertam e a prefeitura paga, ou são obrigados a fretar um caminhão para trazê-la até a capital para serem consertadas.

Está na hora de se ver que não é só nas grandes cidades que a polícia precisa estar bem aparelhada, com bons policiais, com boas viaturas e bem armada. No interior e nas pequenas cidades a população vive o mesmo drama, com roubos e assaltos, e também sofre atentados contra a segurança física, atentados contra o patrimônio público e privado, e os mais diversos atentados praticados por vândalos e marginais.

Desta forma, apelamos para que o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança Pública atendam a nossa solicitação, pois só assim o nosso sofrido povo do interior poderá dormir mais tranquilo, na certeza de que sua família e sua propriedade estarão protegidos e não correm o risco de estar à mercê de marginais.

REQUERIMENTO N° 2558

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água nos finais de semana, na Rua Humberto Calixto Fruct, proximidades do n° 83, no bairro Vila Nossa Senhora da Luz -

Curitiba, terça, em 06.07.93

Cidade Industrial de Curitiba.

O pedido foi feito pelos moradores da citada rua, os quais afirmam que, justamente nos finais de semana em que é imprescindível a água para a execução dos trabalhos domésticos, não há o fornecimento da mesma, acarretando desta forma, uma série de transtornos a toda população.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2559

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus "Integrar Tamandaré", conforme abaixo-assinado anexo, para que o mesmo volte a ter parada dentro do terminal do Cachoeira, como vinha sendo feito há semanas atrás, quando as obras do novo terminal foram inauguradas. Pedem, ainda, que o ônibus alimentador "São João", passe a dispor de mais horários, principalmente nos dias úteis e nos horários de pique, em que os trabalhadores estão se dirigindo para seus locais de trabalho. Afirmam que se os respectivos pedidos forem atendidos, inúmeras pessoas serão beneficiadas, facilitando consideravelmente seu dia-a-dia.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feito a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, para que a Secretaria Estadual de Saúde, preste auxílio através de remessa de material e equipamentos médicos tais como: 05 aparelhos de inalação com 04 saídas para reequipar os Postos de Saúde, Estetoscópios, Esfigmomanômetros, Oto-oftalmoscópios, Colposcópios, Crio-Cautérios, Dropplers, para atender o Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se dá em razão das precárias condições de aparelhagem e equipamentos médicos que se encontram os Postos de Saúde do Município de Pinhais.

O Município de Pinhais já nasceu grande com uma população de aproximadamente 54.000 habitantes, deixa de ser apenas uma cidade-dormitório e começa a caminhar rumo ao desenvolvimento de Capital Esperança de

nosso Estado, merecendo todo o apoio dessa Augusta Casa de Leis, para sanar uma pequena parte dos problemas com a Saúde Pública.

REQUERIMENTO N° 2564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor do DER, Regional Paraná, solicitando redutores de velocidade na BR-369, Km 76, no Município de Juranda.

Tal medida visa diminuir os acidentes que ali ocorrem com relativa frequência, inclusive ceifando vidas devido a periculosidade do local que não oferece segurança.

No aguardo de sua aquiescência, agradecemos.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da TELEPAR; Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de um P.S. (Posto de Serviço) no Distrito de Rio Verde, no Município de Juranda.

Tal solicitação, prende-se ao fato da real necessidade dos contatos telefônicos por aquela comunidade e a carência de um P.S. na localidade.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da TELEPAR; Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de um P.S. (Posto de Serviço) no Distrito de Primavera, no Município de Juranda.

Tal solicitação, prende-se ao fato da real necessidade dos contatos telefônicos por aquela comunidade e a carência de um P.S. na localidade.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR,

solicitando a adoção das medidas especificadas para o Município de Juranda.

1) Instalação de um telefone público, no conjunto residencial Nossa Senhora Aparecida.

2) Instalação de um Posto de Serviço no Distrito de Rio Verde.

3) Instalação de um telefone público com cabine no Posto Tanaka, na BR-369.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os moradores de Juranda, pretendem também, usufruir dos benefícios de um sistema de telefonia mais condizente com sua realidade sócio-econômica, política e administrativa.

Razão pela qual, na condição de representante daquela comunidade nesta Casa de Leis, encaminho as pretensões que embasa o presente requerimento, com absoluta confiança do deferimento e pronto atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO N° 2569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente à Secretaria Especial do Esporte e Turismo, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Cobertura e reforma da cancha de esportes do Distrito de Rio Verde.

2) Cobertura e reforma da cancha de esportes do Distrito de Primavera.

3) Equipamentos para a prática de educação física.

4) Construção de quadra poliesportiva no Distrito de São Roque.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A prática do desporto em qualquer modalidade, constitui um dos principais e mais eficazes meios de educação e formação da juventude.

Juranda, não dispõe de quantidade suficiente de locais, nem de meios para a disseminação dessa importante filosofia.

Considerando a importância da prática de esportes e da fruição de lazer, a comunidade de Juranda espera ver atendidas estas justas solicitações.

REQUERIMENTO N° 2570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido a Excelentíssima Senhora Gilda Poli, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Construção da Casa da Cultura, com espaços destinados a atividades sócio-culturais.

2) Construção de um mini-auditório municipal.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Juranda e sua coletividade não podem mais prescindir de um espaço próprio para o desenvolvimento de atividades artísticas e sócio-culturais. O atendimento da presente solicitação facultará o surgimento de novos talentos locais, trazendo inúmeros benefícios àquela comuna.

REQUERIMENTO N° 2571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para pavimentação asfáltica que liga a sede do Município de Juranda ao Distrito de Rio Verde.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A economia de Juranda lastreia-se principalmente na agricultura. É aquele município um dos principais produtores de grãos da microrregião de Campo Mourão.

A situação das rodovias que integram o município acham-se bastante críticas, inviabilizando o escoamento da produção local. O atendimento da presente solicitação, em muito contribuirá para o escoamento da safra e a conseqüente comercialização e o desenvolvimento sócio-econômico de Juranda.

REQUERIMENTO N° 2572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Construção de duas (02) salas de aula para o Distrito de Rio Verde.

2) Construção de duas (02) salas de aula no Distrito de Primavera.

3) Material de expediente, máquinas de escrever, para as escolas da rede pública da sede do município e para os distritos acima referenciados.

4) Material permanente: armários, mesas e carteiras para as escolas da rede pública.

Curitiba, terça, em 06.07.93

5) Material didático.

6) Cinco (05) televisores e cinco (05) video-cassetes para as escolas da rede pública.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em recente encontro dos municípios da microrregião de Campo Mourão - COMCAM, o Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, comprometeu-se publicamente no atendimento às justas reivindicações de sua área de atuação no âmbito do Poder Executivo.

Sua capacitação, conhecimento de causa, sensibilidade para as questões educacionais, além de ser entendido, deixou ótima impressão aos que da referida reunião participaram, razão pela qual temos a absoluta certeza de que estudará e, atenderá com presteza as presentes necessidades do setor educacional público do município de Juranda.

REQUERIMENTO N° 2573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Construção de Centro Comunitário para o Distrito de Primavera.

2) Recursos financeiros para manutenção das creches do município.

3) Construção de Salão Comunitário para o Distrito de Rio Verde.

4) Destinação de um veículo Kombi para o setor social da administração municipal.

5) Programas de oficinas de cursos profissionalizantes.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O conjunto de reivindicações que embasam o presente pedido, enquadram-se perfeitamente no programa daquela Pasta.

Tratam-se de justas reivindicações em áreas que a administração municipal de Juranda não dispõe de recursos para investimento, razão pela qual os integrantes daquela comunidade esperam ser atendidos pelo Poder Público em todo ou em parte.

REQUERIMENTO N° 2574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário

de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o município de Juranda.

1) Projetos de incentivo à piscicultura, suinocultura e bovinocultura.

2) Projetos de implantação dos sistemas de micro-bacias, curvas de nível.

3) Construção de abastecedouros comunitários.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Município cuja economia baseia-se na produção agrícola fruto da vocação de sua gente, Juranda necessita que a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, contribua com recursos e tecnologia para o seu desenvolvimento.

A capacitação técnica dos integrantes daquela pasta aliada à competência e capacidade de trabalho de seu dirigente maior Secretário Osmar Dias, poderão em muito contribuir, se sensíveis às presentes reivindicações para o crescimento, via diversificação de programas para o desenvolvimento produtivo da agricultura e da gente laboriosa de Juranda.

REQUERIMENTO N° 2575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Construção de Hospital Municipal.

2) Destinação de cotas de remédios para as populações carentes.

3) Instalação de laboratório público de análises clínicas.

4) Construção de módulos de saúde na sede do município e nas localidades do interior.

5) Instalação de gabinete odontológico na localidade de Primavera.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente as políticas de saúde do Brasil, constituem-se apenas em perspectivas para as populações. Técnicos da área, burocratas, políticos através da mídia discutem e apresentam soluções, contudo, de prático, nada.

O elenco de reivindicações que embasam o presente requerimento, constituem o quadro da triste realidade no setor da saúde pública do Município de Juranda.

O Estado do Paraná, reconhecidamente poderoso economicamente, precisa urgentemente combater esta triste realidade.

Razão pela qual a comunidade de Juranda, importante município deste Estado precisa ter suas justas pretensões atendidas, sob pena do Poder Público deixar de cumprir sua verdadeira finalidade.

REQUERIMENTO N° 2576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Construção de alojamento para o destacamento policial militar;

2) Munição para a delegacia de polícia;

3) Máquina de escrever, material de expediente para a delegacia;

4) Construção de prédio próprio para a delegacia pública;

5) Designação de um escrivão policial permanente;

6) Duas viaturas, sendo uma para a polícia civil e outra para a polícia militar, equipadas com rádios-retransmissores.

Sala das Sessões, em 06.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tão somente da análise do conteúdo do presente requerimento, poder-se-á constatar a situação precária do serviço de segurança pública oferecido pelo Estado aos paranaenses de Juranda.

Totalmente desprovida de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros a área de segurança pública acha-se totalmente ineficiente naquela comunidade.

O crescimento dos índices de criminalidade verificados no País, com a extensão deste grave problema também às cidades do interior, causa justa preocupação à coletividade de Juranda que preocupada, espera ver suas reivindicações na área devidamente atendidas.

REQUERIMENTO N° 2577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Deputado Homero Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando as medidas adiante especificadas para o Município de Juranda.

1) Tubulação para obras da rede de esgotos;

2) Cascalhamento das ruas, colocação de meio-fio e arborização, para as localidades de Rio Verde e Primavera.

3) Programa de pavimentação de ruas para a sede do Município.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Juranda, hoje constitui-se em um dos mais promissores Municípios da produção agrícola do Estado. Integrante da micror-região doze de Campo Mourão, como todo município em desenvolvimento não pode prescindir do apoio do Governo do Estado para o seu crescimento.

O rol de obras pretendidas e motivadoras do presente, constituem fatores indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida da população daquele município que espera ser atendida em suas justas pretensões, uma vez que os recursos do orçamento da administração pública é investido em obras consideradas prioritárias.

REQUERIMENTO N° 2578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Segurança Pública José Moacir Favetti, solicitando a nomeação urgente dos peritos criminais e outros concursados da Secretaria de Segurança Pública, para dar condições ao IML de atender o Estado.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Recentemente na cidade de Paranaguá, um jovem perdeu a vida, vítima de acidente com um ônibus, por volta das 06:00 horas e seu corpo ficou estendido no asfalto até as 11:00 horas aproximadamente aguardando que fossem de Curitiba, peritos do IML.

Durante todo esse tempo, vários integrantes da comunidade reclamavam que, o IML e a Polícia Técnica de Paranaguá não conseguem mais atender Paranaguá e as cidades do Litoral em seus respectivos setores por falta de técnicos.

Lamentavelmente a situação é constrangedora, e por essa razão solicitamos que sejam enviados correspondências ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, e ao Dr. José Moacir Favetti, DD. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando as nomeações dos aprovados em Concursos para o IPT - Instituto de Polícia Técnica e IML - Instituto Médico Legal, para os cargos, e que sejam designados funcionários para atendimento permanente na Cidade de Paranaguá..

REQUERIMENTO N° 2584

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

Curitiba, terça, em 06.07.93

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Sr. Itamar Franco, DD. Presidente da República, solicitando a imediata solução do inadimplemento do INSS junto às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, bem como a tomada de providências para correção dos valores pagos por serviços prestados por essas instituições à população na área de saúde.

Que do teor do presente dê-se ciência à Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas no Estado do Paraná e à Confederação Nacional das Misericórdias, bem como ao Ministro de Estado da Saúde e ao Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A serviço do povo, há quase 500 anos, as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos estão "morrendo" por culpa do Governo Federal.

Isso decorre, principalmente, do pagamento sempre com atraso, dos serviços prestados, sem qualquer espécie de correção. A situação já é insuportável.

O Governo deve a tais instituições cerca de nove trilhões de cruzeiros, incluídos os serviços prestados no mês de abril.

A esse lamentável quadro soma-se a necessidade dos hospitais pagarem remédios, comida, salários e, agora, também aos bancos, aos quais têm recorrido para empréstimos, a fim de não cerrar suas portas à população carente.

São 2.600 entidades hospitalares sem qualquer finalidade lucrativa, sendo que muitas já fecharam suas portas devido à completa falta de condições para prosseguir o trabalho filantrópico de assistência à saúde.

As grandes vítimas são os mais de 100 milhões de brasileiros em situação de pobreza, massacrados pela violência da crise econômica e social que assola o País.

O Governo Federal não pode fechar os olhos para esse problema. Não pode deixar de honrar seus compromissos e, principalmente não pode concorrer para o completo abandono da população em suas necessidades mais elementares, como é a saúde.

Trata-se, indubitavelmente, de um pedido de respeito à vida dos brasileiros, ameaçada não apenas por uma situação de carência que suscita o aparecimento de doenças, como também pelo desmonte da rede que, filantropicamente, dá-lhe assistência de saúde.

REQUERIMENTO N° 2579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de pedido de informações, dirigido ao Exmo. Sr. José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, nos seguintes termos:

Considerando que construtora do ramo da construção civil do Estado do Paraná, participou e foi a vencedora de processo licitatório para a construção da sede do 4º Distrito Policial de Curitiba;

Considerando que decorridos 60 (sessenta) dias do vencimento da concorrência, cumpridos os requisitos legais, através da assinatura do contrato nº CA 93.51.0.8, entre a referida construtora e o DECOM formalizou-se a contratação da obra;

Considerando que de posse da ordem de serviço expedida pelo órgão responsável do Estado, deu início efetivo à obra através de serviços de terraplenagem, preparo do canteiro, construção do barracão, designação e escala de pessoal, inclusive engenheiro, deslocamento de equipe da sede da empresa do interior para a Capital, foi surpreendida com a comunicação por escrito de que deveria paralisar os serviços por problemas com o terreno;

Considerando que o motivo da paralisação era inverossímil, pois, na verdade, a causa da interrupção foi um abaixo-assinado de proprietários e moradores das proximidades da obra, que se declaravam contrários à instalação de um distrito policial naquele local, preocupados com a possível desvalorização de seus patrimônios imobiliários.

Considerando que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, ficou de determinar novo local para a instalação daquele distrito policial, o que até o presente momento não se verificou;

Considerando que após haver transcorrido um mês da paralisação das obras a empresa na defesa de seus interesses, requereu e obteve o pagamento da fatura dos serviços já executados de terraplenagem, com a retenção pelo Estado do correspondente a 5% (cinco por cento) do valor, decorrente da caução contratual acrescido de + 1% (um por cento) de despesas do projeto;

Considerando que a direção da construtora, preocupada com a demora da retomada dos serviços que colocava em risco por erosão o serviço de terraplenagem enviou correspondência do DECOM (cópia anexa), datada de 25.05.93, onde solicitava informações e providências para prosseguimento da construção, uma vez mais no resguardo de seus direitos e no interesse da coletividade;

Considerando que o interesse público e coletivo, não pode e nem deve ser subordinado pelo interesse de uma pequena parcela elitista da coletividade, haja vista, o posicionamento a respeito do assunto manifestado do Dr. Adauri, integrante do GPS, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que através de contato telefônico com a construtora, na oportunidade declarou: "ser um absurdo os motivos da paralisação da obra", uma vez que outros distritos policiais desta cidade acham-se instalados e funcionando em áreas residenciais, e concluiu "ter como finalidade, dar melhores condições de segurança pública a esses locais";

Considerando a não retomada da obra, nem a designação de novo local e, ainda e principalmente, o desinteresse da empresa vencedora de usufruir do benefício e da prerrogativa que lhe faculta o Art. 78-XV, do Decreto Estadual nº 700, conforme se pode depreender dos ofícios sob nºs 1169 e 1231/93, dos dias 14 e 23 de junho passado, do DECOM (cópias anexas), da desobrigação do cumprimento do contrato, podendo solicitar sua rescisão, pergunta-se:

- 1) Quais os reais e verdadeiros motivos da paralisação da obra?
- 2) Quando deverão ser retomadas?
- 3) No caso de retomada, qual será o local?

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas prerrogativas regimentais e, ainda,

Considerando que "Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa;

XXVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; (Art. 54, Constituição Estadual).

CONSIDERANDO a publicação pelo jornal Folha de São Paulo no dia 03 de julho próximo passado, de notícia da apreensão de 2.1 toneladas de cocaína envolvendo a empresa Duntix Importação e Exportação;

Considerando que o mesmo veículo de imprensa noticiou que a "Duntix obteve recentemente para bancar a falsa exportação Us\$ 112 mil junto ao Banco do Estado do Paraná, em Novo Hamburgo (RS)" sendo que "neste ano a empresa não efetuou nenhuma exportação".

Considerando que o fato coloca em dúvida os critérios adotados pelo Banco do Estado do Paraná para concessão de empréstimos e financiamentos a empresas que operam no mercado brasileiro.

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Presidente do Banco do Es-

tado do Paraná, na forma do Art. 55 e parágrafo único da Constituição Estadual, o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I. Qual o montante do empréstimo efetuado pela agência de Novo Hamburgo (RS) à empresa Duntix Importação e Exportação (especificando a data do referido empréstimo e se o mesmo foi deferido pela gerência local ou por alçada superior)?

II. Qual a tradição que a Duntix possui como cliente do BANESTADO? Especificar:

a) Desde quando é cliente do BANESTADO?

b) Quem são os representantes legais e sócios da referida empresa?

c) A mesma empresa já obteve outros financiamentos junto ao BANESTADO? (Destacar datas, valores e enviar os respectivos documentos).

d) Em que consistiam as garantias oferecidas para os referidos financiamentos?

e) A empresa tem honrado regularmente os seus compromissos junto ao Banco?

III. Quais os procedimentos adotados pela Administração do BANESTADO S/A, para verificar a responsabilidade da Agência em Novo Hamburgo (RS) na concessão de tal empréstimo?

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais desta Casa, a "Carta de Ponta Grossa", resultado do 15° Seminário Internacional do MERCOSUL cuja cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 340/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.07.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto

Curitiba, terça, em 06.07.93

Residencial Moradias Atenas I é pessoa jurídica de direito privado, conforme o preceituado pelo Código Civil Brasileiro sem fins lucrativos, com funcionamento e organização disciplinados por Estatuto próprio registrado sob o n° 97, do Livro A de Pessoas Jurídicas, junto ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos do 4° Ofício desta Capital.

Dentre as finalidades da Associação é importante destacar: congregar os moradores do referido conjunto residencial, apoiando suas legítimas aspirações e trabalhando por seus interesses e direitos: estimular o espírito de solidariedade comunitária entre os moradores e representar perante as autoridades administrativas legislativas ou judiciárias, os interesses gerais dos moradores, amigos e simpatizantes da entidade.

Da atuação responsável da Associação, desde a sua fundação, em 1986, resultarem importantes conquistas para a população residente na área em que tem jurisdição.

Pela análise dos documentos que seguem apensos ao presente plano de lei possível é verificar não apenas as condições para que a entidade receba o título de utilidade pública, como principalmente o mérito para tal declaração.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do ex-Prefeito de Caloré, Mauro, o Prefeito de Jardim Alegre, Natal de Souza André, e dos Vereadores de Jardim Alegre, Natalício Custódio e João Valso.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 320/93, que autoriza o Poder Executivo a vender, no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A.

PROJETO DE LEI N° 320/93

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a vender no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A.

Parágrafo Único - A operação de venda das Ações da TELEPAR de propriedade do Estado do Paraná, será coordenada pela BANESTADO CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.

Art. 2º - As referidas ações deverão ser vendidas no mercado de balcão ou em pregão na Bolsa de Valores do Paraná.

Parágrafo Único - As operações de que trata esta lei deverão ser acompanhadas por 5 (cinco) membros indicados pelo Poder Legislativo.

Art. 3º - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no art. 1º, deverão ser utilizados na construção da ponte sobre o Rio Paraná no município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376 e, se houver excedente financeiro, será aplicado em obras de grande prioridade para o Estado do Paraná.

Art. 4º - O Poder Executivo fixará em decreto os demais procedimentos a serem adotados para cumprimento desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.07.93

(aa) EURIDES MOURA - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

Aprovado. Com voto contrário do Deputado Doutor Rosinha e do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 130/93, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1994. - **Aprovado, por unanimidade.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 130/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1994 compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as altera-

ções na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Art. 2º - Constituem-se em prioridades do Governo Estadual:

I - a educação, saúde e segurança;

II - o incentivo à produção agropecuária;

III - a conservação do meio ambiente;

IV - a habitação popular;

V - o incentivo à pesquisa científica e tecnológica;

VI - a infra-estrutura;

VII - incentivo a produção industrial.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1994, observadas as ações constantes do Anexo desta Lei.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DAS
ESTRUTURAS DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I - anexo de legislação e de resumos da receita referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - anexo de resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - anexos dos orçamentos:

a) Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes, Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, a que se refere o artigo 133, § 6º, I da Constituição Estadual;

b) Próprios das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o artigo 133, § 6º, II da Constituição Estadual;

c) de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, III da Constituição Estadual;

d) do Fundo de Previdência do Estado, a que se refere a Lei Estadual nº 10.219 de 21/12/92.

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, fundações e órgãos de regime especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, obser-

vando o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida
- Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O orçamento de investimento será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes no mês de maio de 1993.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1993.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de junho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1993, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 8º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 9º - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 10 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em andamento, ou já programados, exceto as prioridades relacionadas no Art. 2º, itens de I a VII desta Lei.

Parágrafo Único - Só poderão ser incluídos projetos novos, em detrimento dos já programados, quando acompanhados por justificativa e autorizados pelo Poder Le-

gislativo ou ainda, os que sejam financiados por fontes de recursos outras que não as já inscritas na lei orçamentária.

Art. 11 - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos órgãos do Poder Executivo após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórias judiciais apresentados até 1º de julho de 1993;

II - os recursos destinados ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas.

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, correspondente a até 7,0% (sete vírgula zero por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, sendo que neste total 0,6% (zero vírgula seis por cento) corresponderão a despesas de capital.

V - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VI - ao pagamento do serviço da dívida pública e do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VII - as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

IX - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir;

- Chefia do Poder Executivo - até 10%
- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - até 4%
- Procuradoria Geral do Estado - até 1%
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - até 5%

- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL - até 14%
- Secretaria de Estado da Comunicação Social - até 2%
- Secretaria de Estado da Administração - até 10%
- Secretaria de Estado da Fazenda - até 8%
- Administração Geral do Estado - Recurso sob Supervisão da SEFA - até 2%
- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - até 2%
- Secretaria de Estado da Cultura - até 2%
- Secretaria de Estado da Segurança Pública - até 20%
- Secretaria de Estado da Saúde - até 30%
- Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - até 12%
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - até 18%
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - até 8%
- Secretaria de Estado dos Transportes - até 30%
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente - até 4%
- Secretário Especial do Esporte e Turismo - até 2%
- Secretário Especial da Política Habitacional - até 16%
- Ouvidor Geral do Estado - até 0,3%
- Secretário Especial para Assuntos Externos - até 1%
- Secretário Especial da Indústria e do Comércio - até 2%
- Ministério Público - até 1%

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, conterá dispositivos autorizatórios para destinação específica de recursos do Tesouro Geral do Estado para aquisição centralizada de materiais de consumo e permanente, à execução centralizada de reparos e obras, bem como ao pagamento de Pessoal e Encargos e despesas com energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR), e de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

Art. 14 - A proposta orçamentária deverá consignar valores destinados a cobrir despesas decorrentes da concessão de vale transporte ao funcionalismo público estadual conforme determina a Lei Estadual nº 9.490/90.

Art. 15 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas

aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por Lei.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 16 - O Orçamento Fiscal para 1994 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Geral do Estado, com um valor estimado preliminar em torno de Cr\$ 43.000.000.000.000,00 (quarenta e três trilhões de cruzeiros), a preços de maio de 1993.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa, e a proposta do Poder Judiciário será elaborada pelo Tribunal de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 18 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 19 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 20 - O orçamento fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 21 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos Órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas pró-

prias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 22 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios, não poderão ser superior ao das respectivas receitas.

Art. 23 - Os orçamentos próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal, com recursos próprios, na mesma proporção dos recursos do Tesouro.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 24 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 25 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superior aos das respectivas receitas.

Art. 26 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes, por espécie de despesas, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

SEÇÃO V

Das Diretrizes Específicas do Orçamento do Fundo de Previdência do Estado

Art. 27 - O Orçamento do Fundo de Previdência do Estado compreenderá as suas receitas próprias de contribuições e de aplicações financeiras, devendo as mesmas ser aplicadas exclusivamente para o pagamento de despesas previstas nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992.

CAPÍTULO IV

Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária

Art. 28 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1993, em especial:

I - As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

CAPÍTULO V

DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 29 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará os quadros de detalhamento de despesas, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 7º desta lei.

Art. 30 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios para a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 31 - A defasagem monetária das dotações orçamentárias, ocasionadas pela inflação, deverá ser corrigida de forma a não prejudicar a realização do programa de trabalho estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo providenciará para tal fim a atualização das expressões monetárias das dotações constantes do Orçamento Anual, durante sua execução, de acordo com a inflação medida mês a mês em índice a ser definido na proposta orçamentária.

§ 2º - As correções não poderão ultrapassar em nenhuma hipótese os índices de crescimento da Receita Própria Líquida.

Art. 32 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 33 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que:

I - sejam compatíveis com as disposições do parágrafo 3º do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - não transfiram recursos próprios das entidades referidas nas Seções III e IV do Capítulo III;

III - não cancelem recursos superiores aos previstos na espécie a ser cancelada;

IV - não apresentem como destaque metas não previstas no projeto de lei;

V - não discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

VI - não cancelem recursos de manutenção de órgãos e/ou entidades em detrimento de despesa de capital;

VII - não envolvam recursos do Fundo de Previdência do Estado.

Art. 34 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.07.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

ANEXO
DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - Educação, Saúde e Segurança

- a) expansão do atendimento pré-escolar;
- b) melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;
- c) expansão da oferta do ensino fundamental e médio;
- d) expansão e melhoria do ensino agrícola;
- e) expansão da oferta de recursos didáticos e pedagógicos nos diferentes níveis da educação básica;
- f) ampliação da oferta do ensino profissionalizante;
- g) apoio a programa de alfabetização de jovens e adultos;
- h) melhoria das condições de atendimento da educação especial;
- i) continuidade do programa de racionalização e modernização do sistema de ensino superior;
- j) apoio a programas culturais como extensão do processo educacional;
- k) manutenção das ações de saúde especializada e dos centros de saúde;
- l) municipalização do atendimento básico de saúde;
- m) ampliação da produção e distribuição de medicamentos para a rede básica de saúde;
- n) ampliação do grau de controle na coleta e distribuição de sangue e hemoderivados;
- o) manutenção e ampliação dos programas de segurança pública;
- p) aperfeiçoamento e valorização dos profissionais de segurança da polícia civil e militar;
- q) continuidade e ampliação do programa integrado de atendimento a emergências;
- r) reequipamento da polícia civil e militar;

II - Incentivo à Produção Agropecuária

- a) melhoria dos padrões genéticos dos rebanhos do Estado;
- b) desenvolvimento de condições adequados de infra-estrutura para produção, escoamento e comercialização, aos pequenos produtores rurais;
- c) apoio técnico e creditício ao pequeno e médio produtor rural;
- d) armazenamento, fomento, mecanização e apoio a programas especiais da produção agropecuária;
- e) continuidade dos programas de manejo integrado de solos e água;

III - Conservação do Meio Ambiente

- a) desenvolvimento de programas de educação ambiental;
- b) monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais, inclusive em áreas indígenas, com vistas à redução da poluição ambiental;
- c) melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio urbano e rural por meio do saneamento ambiental, com o abastecimento de água potável e o tratamento de resíduos sólidos e detritos sanitários;
- d) desenvolvimento de ações voltadas ao controle de enchentes e a realização de obras de drenagens e despoluição de bacias hidrográficas;
- e) conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

IV - Habitação Popular

- a) continuidade ao programa de mutirão para atender com habitação popular as famílias paranaenses de baixa renda, da zona urbana e rural.

V - Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica

- a) apoio a programa de pesquisa para o aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade do produto estadual;
- b) apoio a incorporação de novas tecnologias aos setores da agropecuária, indústria e serviços;
- c) apoio a programas de desenvolvimento da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos para a melhoria da qualidade e da produtividade;
- d) incentivo a pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de biotecnologia, química fina e novos materiais.

VI - Infra-estrutura

- a) continuidade aos programas de eletrificação urbana e rural;
- b) continuidade aos programas de saneamento básico;
- c) ampliação do sistema ferroviário de cargas;
- d) continuidade aos programas de conservação da malha viária do Estado.
- e) estudos, projetos e construção de pontes para acesso a países limítrofes com o Estado do Paraná.
- f) estudos para o aproveitamento do rio Ivaí.

VII - O incentivo à produção industrial.

- a) desenvolvimento de programas microrregionais de industrialização, aproveitando as potencialidades ali existentes;
- b) apoio técnico e creditício a pequena indústria;

c) incrementar a geração de empregos permanentes nas regiões de oferta temporária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 2546 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2566, de autoria dos Senhores Deputados Nilton Barbosa, Hermas Brandão, Oswaldo Trevisan e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Prejudicado**, porque a lei aprovada já consta a aprovação desta Comissão.

Requerimentos n°s 2558 e 2559, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2560, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2562, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2563 a 2565, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2561 e 2578, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2568 a 2577, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2548 a 2557, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2584, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2587, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 2586, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2590, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento In-

terno.

Requerimento n° 2579, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2498, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 2491, 2489, 2493, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. Retirados pelo autor.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - São vários requerimentos e eu desejo fazer a retirada de três deles. Aquele encaminhado a Ciências e Tecnologia, à Secretaria de Segurança e à Secretaria da Fazenda.

Retiro-os em função de que o Líder do PMDB já nos forneceu as respostas e agradecemos a presteza.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa consulta o Deputado: Pedido de Informação ao Secretário Estadual de Segurança Pública, Ciência e Tecnologia e Fazenda.

Está deferido o pedido de retirada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero dizer que em contato feito com o líder do governo, entendi que ele me dá a resposta nos próximos dias, nesse meu pedido de informações ao Banco do Estado, que se refere a uma nota do Jornal "Folha de São Paulo" que diz que uma empresa obteve recentemente, para bancar uma falsa exportação, cento e doze mil dólares junto ao Banco do Estado do Paraná em Novo Hamburgo e esse dinheiro acabou se descobrindo, que esses dólares foram usados para compra de cocaína. Então o Deputado Adur já nos garantiu que nos dá a resposta nos próximos dias.

Requerimentos n°s 2494, 2492 e 2490, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, agradecendo a disposição dos Senhores Deputados que aqui permaneceram até o dia de hoje, e convocando-os a se reunirem no dia 02 de agosto, segunda-feira, à hora regimental, para a sessão de instalação do

Transcrições:

MATÉRIA CUIA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 06 DE JULHO DE 1993.

"Carta de Ponta Grossa"

A Metal-Mecânica e Metalúrgica Brasileiras no MERCOSUL

Reunidos, sob a coordenação do SEBRAE/PR, da FACIP - Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná e do Núcleo Mercado do Governo do Paraná, com apoio das seguintes entidades:

- Prefeitura Municipal de Ponta Grossa;
- Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa;
- Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;
- Coordenadoria da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- SENAI - Serviço Nacional da Indústria;
- CEXPAR - Centro de Exportação do Paraná;
- SINDIMETAL - Sind. das Ind. Metal. Mec. e de Material Elétrico de Ponta Grossa;
- Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- CACOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Centro do Paraná.

Todos signatários deste documento, com o objetivo de analisar e discutir os assuntos ligados aos setores de METAL-MECÂNICA E METALURGIA brasileiros inseridos no contexto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e com a participação de ilustres especialistas e estudiosos dos diversos assuntos ligados aos temas, destacaram os seguintes tópicos:

10 - Evidenciou-se como possibilidade para micro e pequenas empresas a atuação no comércio exterior, contribuindo para tal, a criação de entrepostos aduaneiros aliandegados no interior do país, beneficiando deste modo as empresas e fortalecendo nossa economia

20 - Isoladamente as micro e pequenas empresas terão dificuldades para enfrentar os desafios competitivos, da abertura do comércio exterior e do processo de integração no MERCOSUL, salientando-se como saldas: as parcerias, a constituição de empresas binacionais e as Joint-Ventures, integrando-se capital e conhecimentos tecnológicos e acesso a mercados.

30 - A política fiscal, notadamente a carga tributária, onde existem enormes distorções de procedimentos e de alíquotas podem influir negativamente, dificultar a comercialização e até mesmo restringir a competitividade de muitos segmentos.

40 - Necessidade de agregação de novos processos produtivos, inovações tecnológicas para que se possa obter aumentos de produtividade pela escala de produção e consequente possibilidade de maior participação no mercado internacional.

50 - Necessidade de uma mudança radical na mentalidade empresarial, conscientizando os empresários que os ganhos devem se dar pela qualidade e quantidades vendidas e não pelo percentual do lucro alocado ao produto.

60 - Para efetiva integração e integração no MERCOSUL entretém-se necessidade de normalização, capacitação da mão-de-obra, adequação tributária e cambial, desenvolvimento autossustentado, redução de barreiras tarifárias e informações corretas.

70 - As aceleradas mudanças da economia mundial, principalmente com os países reunindo-se em mega blocos e adotando como protecionismo barreiras tarifárias e não tarifárias (especialmente estas) que permanentemente prejudicam a comercialização dos nossos produtos, tornam necessário uma contrapartida de ações pessoais e coletivas como mudanças de comportamento, eliminação de desperdícios, adoção imprescindível de programas de qualidade, produtividade gerando conhecimento de mercados e absoluta seriedade quanto a normalização e marcas e patentes.

80 - Para assegurar qualidade, produtividade e competitividade é necessário que se entenda que parceria é fundamental e deve ser iniciada através da equalização da empresa com seu

corpo de funcionários no sentido de proporcionar uma melhor capacitação profissional e qualificadora colaboração para melhorar a qualidade de vida.

Das análises dos tópicos destinados resultou as seguintes observações, reivindicações e sugestões:

10. - Necessidade do Estado e Municípios atuarem em conjunto para reestruturação e recuperação produtiva, bem como, programas integrados de desenvolvimento econômico.

20. - União do micro e pequenas empresas, agrupadas por segmentos, orientadas para ações de comércio exterior contando com as facilidades da legislação alfândega e com um incremento de entrepostos aduaneiros diferenciados, atuando em polos regionais, que atuam como elos e armazenadores da exportação, contribuindo para redução dos custos dos transportes e portuários.

30. - Implementação efetiva dos programas que permitam o diferenciamiento das empresas do setor no rumo da especialização, visando a reversão de custos e produtos de melhor qualidade.

40. - Política de liberalismo econômico aliada a redução de tarifas e carga tributária, possibilitando maior competitividade e o alcance de maiores programas de mercados.

50. - Aprendizado de espírito, como forma de facilitar o relacionamento na América Latina.

60. - Reversão e agilização da legislação anti-dumping com vistas a minimizar os efeitos das práticas desleais de comércio exterior.

70. - Apoio insueto a continuidade do programa nacional de privatização, estabelecendo-se porém, estratégias para que as empresas privatizadas, modernizem-se e adotem imediatas práticas comerciais coerentes com sua nova condição de empresas privadas

80. - Implantação de um banco de dados de comércio exterior, de fácil acesso e baixo custo de consultas, instalado nas principais entidades e em todas as universidades.

Porta Grossa, 02 de julho de 1993

SEBRAE/PR	FACIP
Núcleo Mercosul do Governo do Paraná	Prefeitura Municipal de Porta Grossa
Assoc. Com. e Ind. de Porta Grossa	Secretaria Especial do Estado da Indústria e Comércio
Coordenadoria da FIEP	SENA/PR
SINDMETAL	UEPG
CACICPAR	CEXPAP

RELATORES
Os seguintes professores da UEPG, colaboraram na redação deste documento

Candida Leonor Miranda - Bacharel em Administração
Elizabeth Piotrowicz Tremim - Master in Business Administration
Flávia Andrea Modesto - Engenharia mecânica e de seg do trabalho
Luis Mauricio Martins de Resende - Engenheiro mecânico
Luis Laenes de Fretas - Bacharel em Administração
RESPONSABILIDADE/COORDENAÇÃO GERAL
Luis Antonio Fagot - Vice-presidente da FACIP/Consultor do SEBRAE/PR

“Auditoria do TCE investigará gastos com publicidade em 92”

O conselho do Tribunal de Contas do Estado determinou unânime a instalação de uma auditoria para investigar os gastos em publicidade do governo do Paraná em 1992. Mas apesar de o relatório final do TCE considerar os gastos com propaganda “irregulares e inconstitucionais”, as contas do governo foram aprovadas pelo conselho, por cinco votos contra apenas um, do conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira. É a 1ª vez em 20 anos que um conselheiro vota contra as contas do governo. Além dos gastos excessivos e da contratação de agências de publicidade sem licitação, o TCE constatou que o governo investiu apenas 21,03% do orçamento total em educação, quando a dotação orçamentária constitucional é de 25%. Os gastos do governo com propaganda em 1991 tinham sido sendo investidos pelo Tribunal de Contas. A reunião do conselho foi marcada por discussões polêmicas e comentários irônicos.

Sonia Maria Marques

Os gastos do governo com publicidade em 1992 são “irregulares”

FALTA DE LICITAÇÃO

Em 1991 o governo já investiu em publicidade sem a utilização de licitação pública obrigatória. Em 1992 ocorreu a mesma conduta, que fere a Constituição brasileira.

A polêmica pela prescrição de conduta do Executivo levantou muita discussão em relação ao choque entre avaliação objetiva prevista na legislação e a subjetiva na análise dos serviços de criação de peças publicitárias, e consequentemente na contratação das agências de propaganda pelo governo.

O procurador geral do Estado, Carlos Frederico Martes, que defendeu na audiência do TCE a atuação do governador na dispensa de licitação pública, afirmou que a lei que prevê a apreciação prévia dos serviços e decide qual empresa será responsável pela execução dos mesmos nas condições mais favoráveis aos cofres públicos, é “formal e hipotética” em razão dos elementos “subjetivos” de análise.

A defesa de Martes foi totalmente contestada pelo conselheiro Nestor Batista e pelo próprio conselheiro relator, João Cândido da Cunha Pereira. Para o relator, “as contas de 92 nem seriam aprovadas se seguissemos os mesmos critérios que seguimos em relação às prefeituras, pois os gastos descumpriram decisão do próprio tribunal e a legislação vigente”.

Batista declarou que a “impossibilidade de licitar idéias” não se justifica, principalmente pelo fato de obras inauguradas demonstradas em propaganda serem passíveis de análise, sendo “favorecimento de interesses” o seu descumprimento.

ESQUEMA PC NA PROPA-GANDA

A falta de controle, uma das acusações do TCE em relação ao investimento massivo do governo em mídia estadual e nacional, também foi o fator responsável pela modificação legal na Constituição brasileira.

No último dia 22, o presidente chamou sancionou uma lei que vem em tom de resposta à lei anterior aprovada pelo ex-presidente Fernando Collor. Na lei sancionada pelo presidente afastado, havia uma exigência de licitação pública e a obrigatoriedade do encaminhamento das cópias de todas as fatiuras (devidamente detalhadas) ao seu gabinete no Palácio do Planalto, com o objetivo do chamado “esquema PC” alertar os pagamentos das agências, dos agenciadores e controlar os pagamentos em saldas de “caixa”.

A atual lei pretende reafirmar o artigo 37 da Constituição que dispõe como critério básico na contratação de serviços públicos a “objetividade” e no caso da propaganda é prevista a realização, através da apreciação da peça publicitária por um conselho que decide o que e quem vai realizar as atividades licitadas, de uma concorrência previamente dia, por uma decisão de consenso analítico das criações.

NÃO SÃO INVESTIDOS 25% EM EDUCAÇÃO

Foi a constatação das análises do relatório final em relação ao dispositivo constitucional que obriga o Estado a investir 25% de seu orçamento em educação.

Nas contas prestadas pelo governo, o índice de investimentos foi registrado em 36,83% ou 0,3

2,10 milhões. A diferença entre os cálculos do TCE e do governo chega a quase 10%, em função dos critérios distintos utilizados como base de cálculos (para o Tribunal o valor investido correspondente).

No entanto os cálculos do Executivo são vetados pelo Conselho classificando-os em “descumprimento do texto constitucional” em função do Estado insistir em incluir dispêndios não contemplados no enfoque de manutenção e desenvolvimento de ensino”, como por exemplo pagamento dos inativos (aposentados) que é um gasto necessário e previsto e não um investimento direto na educação.

Apesar da “dualidade de entendimento não poder e não ser possível de prosperar porque o Tribunal é um só para todos”, devido à “polêmica” e lateralidade interpretativa em caráter excepcional, aceita-se o fato”, segundo a decisão do relatório final, que contestou mas aprovou uma diferença de investimentos em retorno de 4% ou quase 0,8 bilhões, que deveriam ser empregadas na área educacional do Paraná.

Abaixo estão todos os investimentos aplicados pelo governo em 1992, com especificação por setor.

O Paraná tem para cada 0,3 de dívida, 0,3 de reserva orçamentária. Isso significa que há “caixa” representado em superávit de mais de 0,3 bilhão, considerado pelo conselho do TCE como “motivo de orgulho em comparação ao restante do País”.

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA Autorizada	DESPESA Realizada	% Realizada
PODIA TITULOATIVO			
Assessoria Legislativa	118.781.508.000.00	113.945.001.547.48	9,60
Tribunal de Contas	77.116.713.000.00	77.116.713.000.00	1,00
SOMA	195.898.221.000.00	190.060.718.814.44	2,70
PODIA AVOLATIVO			
União de Justiça	327.426.332.000.00	327.051.991.613.05	4,63
Tribunal de Acções	31.240.000.000.00	31.377.103.548.03	0,48
SOMA	364.666.332.000.00	360.430.095.158.08	5,11
PODIA TITULOATIVO			
União de Justiça	141.211.461.000.00	124.911.495.602.23	1,77
Procur. Geral do Estado	20.340.073.000.00	15.953.894.818.07	0,32
SECRETARIAS OF ESTADO			
Assin. e Rubrica	98.819.725.000.00	95.425.670.805.17	0,92
Tribunal de Acção Social	157.256.886.000.00	48.585.739.509.70	0,66
Pres. e Cons. Geral	22.776.382.000.00	20.776.714.787.00	0,30
de Segurança	151.071.515.000.00	162.761.915.548.08	2,30
de Administração	175.302.419.000.00	152.048.468.761.40	2,14
de Comunicação Social	16.883.320.000.00	16.723.172.418.62	0,23
de Cultura	47.677.515.000.00	40.098.178.453.50	0,27
de Educação	1.653.818.061.000.00	1.467.898.711.269.31	31,03
de Saúde	223.231.571.000.00	226.158.446.180.67	3,48
de Seg. Pública	582.044.406.000.00	585.588.652.459.32	6,80
de Agricultura e Abastecimento	31.873.046.000.00	31.816.318.708.70	4,81
de Ind. e Comércio	323.819.881.000.00	273.718.651.242.76	3,88
do Meio Ambiente	114.182.609.000.00	55.816.086.218.31	0,60
dos Transportes	422.851.912.000.00	342.436.710.325.82	4,84
de Indústria e Comércio e Energia	448.487.631.000.00	420.214.093.071.66	6,85
Supremo	14.798.753.000.00	10.704.595.378.44	0,14
Esg. Exposto e Turismo	170.268.523.000.00	170.599.101.745.27	2,41
Polícia Militar	872.155.000.00	378.031.638.08	0,00
União de Justiça	736.603.000.00	120.734.180.23	0,00

As contas de 1992 foram aprovadas por cinco votos contra um (pelo Conselho do Tribunal de Contas) por seis conselheiros que votam e mais o presidente que não vota (a não ser em caso de empate nos votos). Ficou decidida e aprovada a instalação de uma auditoria que vai investigar três pontos: quais as agências de publicidade beneficiadas, quais seus proprietários, como estão sendo realizados os gastos com publicidade.

A formação do conselho do TC

Os seis momentos principais da sessão de mais de três horas realizada ontem:

“Não há como deixar incólume tal desrespeito aos elementos princípios constitucionais e legais, pelo que, diante das ilegalidades formais nos dispêndios de recursos públicos com publicidade e guardando coerência com o entendimento técnico-jurídico deste TC, entendo que o parecer prévio a ser encaminhado à Assembleia Legislativa contenha a recomendação de não aprovação das contas em exame, determinando que os gastos irregulares dispêndios devam ser ressarcidos ao erário, na forma de Legislação em vigor, responsabilizando os respectivos ordenadores das despesas”.

Conselheiro Cândido M. M. de Oliveira, único que desaprovou as contas apresentadas pelo governo.

Se fossemos rigorosos como sermos em relação às prefeituras não aprovaríamos as contas de 1992. Mas não vamos falar em intervenção federal, pois muitos já queixam isso. Houve um decréscimo nos gastos com publicidade mas há um descumprimento na falta de licitação pública e não podemos fazer vista grossa com o que não é cumprido, obedecendo às determinações do “TC”.

Conselheiro relator, João Cândido da Cunha Pereira, “lançou a falta de critérios que distribui dinheiro para toda a mídia, incluindo a TV, rádio, jornal e a chamada publicidade. Ficou informado com o número de frigorífico devedores ao Estado.

Não questiono o valor empregado em 1991, mas como é empregada essa verba que desobedece a preceitos constitucionais. Antes de votação proponho a votação preliminar autorizando a instalação de uma auditoria nos gastos com publicidade”.

Conselheiro João Féder, que foi o relator das contas de 1991, constatando irregularidades também na contação de agências de propaganda sem licitação pública.

“O Superávit do Paraná é motivo de orgulho para todos os paranaenses, o que comprova a linha de atuação do governador Requião. O governo também reduziu os gastos de publicidade demonstrando preocupação com as determinações de exame anterior. O governo não vive fazendo propaganda promocional, mas divulga suas obras”.

“A auditoria que está sendo realizada nos gastos com propaganda em 1991 deve finalizar aproximadamente em 15 dias”.

Presidente do TC, Rafael Latoro, “não compete ao Estado distribuição para a mídia sem que haja fundamentos na Constituição federal”.

Conselheiro Nestor Batista, “a proposta governamental não se caracteriza em autopromoção. Há uma significativa redução do exercício de 1991 para 1992, o que releva a atitude tomada pelo governador em um esforço enorme de atender ao parecer anterior. A lei atual pode ser classificada como hipocrisia e formal”.

Procurador geral do Estado, Carlos Frederico Martins.